

Desindustrialização

Pode o Brasil sobreviver sem um expressivo setor industrial?

Por Cesar Benjamin

PUBLICADO NO BOLETIM CONJUNTURA BRASIL | FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA | Nº 2 | OUTUBRO DE 2015

A desindustrialização do Brasil

Qualquer que seja o ponto de vista adotado – participação no produto interno bruto (PIB), percentual de empregos gerados, crescimento do valor da transformação industrial (VTI), comparação com o desempenho mundial –, o Brasil está se desindustrializando.

Em 1986 a indústria representava 36% do nosso PIB. Hoje representa 14%, percentual semelhante ao da primeira metade da década de 1940.

O processo está se acelerando. De 2008 até hoje o PIB industrial brasileiro caiu 10%. Depois de ter liderado o nosso crescimento durante quase todo o século XX, é a indústria que difunde a recessão na economia brasileira em 2015.

O boletim de agosto do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) assinala: “Na primeira metade de 2015, a indústria de transformação viu sua produção cair 8,3% [em relação a igual período de 2014]. A indústria de alta intensidade tecnológica foi a que sofreu a maior queda: 20,6%. A produção da metade inicial de 2015 retrocedeu dez anos, ficando aquém do semestre inicial de 2005. [...] Na faixa de média-alta intensidade o encolhimento tem sido uma continuidade do processo iniciado no ano passado, com retrocesso de 12,3%. [...]. Já o segmento de média-baixa tecnologia produziu 6,5% menos. [...] O segmento de baixa intensidade registrou recuos menos agudos, com declínio de 4,1%. Sua produção retornou a nível inferior a 2005.”

A queda também é generalizada quando observamos o mapa do país: atinge treze das quinze regiões pesquisadas pelo IBGE. Mas o processo afeta desigualmente os diferentes setores: são mais fortemente atingidos os intensivos em ca-

pital e tecnologia, justamente os que deveriam liderar o desenvolvimento. Nossa indústria, que já foi superavitária na relação com o mundo, passou a ter impacto negativo na balança comercial.

A Figura 1 mostra que estamos em descompasso com os padrões globais: a partir de meados da década de 1980, a economia brasileira, vista como um todo, e a indústria brasileira perdem posições no mundo. Entre 1986 e 2014 nossa participação na produção industrial mundial caiu de 3,4% para 1,6%, num processo que ainda não foi detido. “É uma hecatombe”, diz Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

As figuras 2, 3, 4 e 5 mostram as trajetórias da produção, do faturamento, das horas trabalhadas e do emprego industrial nos últimos anos, até junho de 2015.

A decisão pioneira pela indústria

Até o século XX predominou na América Latina a ideia de que cada país deveria se adaptar à sua dotação de recursos naturais. Para nós, isso significava produzir bens primários e importar bens industriais. A economia política de matriz inglesa fornecia a justificativa teórica para essa assimétrica divisão internacional do trabalho, repudiada pela Alemanha e os Estados Unidos ainda na primeira metade do século XIX.

A crise de 1929 desarticulou as economias primário-exportadoras e exigiu mudanças de rumos. Começou então a se formar, entre nós, uma nova economia política do desenvolvimento que ressaltava a importância da indústria. No grande debate de então, pelo menos oito argumentos foram decisivos, todos válidos até hoje:

1. Na medida em que a renda das sociedades se eleva, aumenta a proporção dessa renda que se destina a consumir bens com maior conteúdo tecnológico e diminui a proporção que se destina a consumir bens primários; por isso, as economias que se especializam nestes últimos estão condenadas a disputar uma parcela decrescente da renda total.

2. Pelo motivo acima, as importações industriais tendem a aumentar mais rapidamente que as de bens primários; a industrialização é necessária para atender essa demanda crescente e evitar crises nas contas externas.

- 3.** A indústria tem muito maior capacidade de inventar produtos, criando mercados novos, enquanto os bens primários permanecem sem alterações significativas, continuando a depender da expansão de mercados tradicionais; além disso, é a indústria que agrega valor aos produtos da agricultura e da mineração.
- 4.** As barreiras à entrada de novos concorrentes são maiores nos setores intensivos em capital e tecnologia do que na produção de bens primários, que por isso ficam mais expostos à competição.
- 5.** A indústria tem um poder inigualável de irradiar dinamismo para o restante da economia, pois seus efeitos de encadeamento para frente e para trás são muito mais fortes; ela ocupa o topo da cadeia produtiva, demandando insumos de todos os setores e ofertando produtos para todos eles.
- 6.** As economias de escala estão mais presentes na indústria, por causa do alto grau de complexidade e de complementaridade dos processos produtivos que acontecem nela.
- 7.** A inovação tecnológica ocorre majoritariamente na indústria de transformação, e a partir dela se difunde para os demais setores.
- 8.** A oferta de bens industriais se ajusta de forma mais ágil e flexível à demanda, enquanto a oferta de bens primários é muito mais inelástica, de modo que neste último caso os ajustes são feitos, principalmente, via preços; no longo prazo, esses preços tendem a cair.

Os defensores da industrialização venceram o debate, e sua vitória implicava desdobramentos: industrializar um país periférico era realizar nele uma mutação, em condições de crise cambial permanente (pois a necessidade de importar aumentaria mais rapidamente do que nossa capacidade de exportar) e de tensões inflacionárias (pois sucessivos pontos de estrangulamento apareceriam no caminho). O simples jogo das forças de mercado seria impotente para conduzir o projeto a bom termo. Seriam precisos investimento estatal e planejamento, com uma ação continuada, sustentada no tempo, sem a qual não deixaríamos para trás a condição primário-exportadora.

A crítica e a crítica da crítica

Os economistas liberais fizeram duas grandes críticas ao processo de industrialização no Brasil: busca excessiva de autossuficiência, com tendência ao isolamento, e tolerância com a ineficiência. Ambas as críticas foram retomadas sistematicamente a partir da década de 1990, mas estão fundamentalmente erradas.

Nesse período, foi imensa a afluência de capital e de populações estrangeiras em direção ao nosso território, bem como o aumento e a diversificação do nosso comércio exterior, pois a industrialização não reduz, mas aumenta, a necessidade de importar. Na medida em que ela avança, o estrangulamento externo é sucessivamente repostado, e mesmo agravado, pela necessidade de comprar no exterior máquinas, equipamentos, peças, insumos etc., exigindo que se aumente, em paralelo, a capacidade de exportar. A corrente de comércio (importações + exportações) se expande. O que se modifica é sua composição.

Esse processo tampouco produz uma tendência à ineficiência sistêmica. Qualquer empreendimento industrial começa a funcionar em escala inferior à sua escala ótima. Isso é ainda mais nítido no ambiente de economias periféricas. Numa primeira fase, cuja duração varia, a mera comparação de custos de bens nacionais com bens importados similares mostra quase sempre resultados desfavoráveis à produção local. Mas o fato de os custos internos serem mais altos que os preços de importação não implica que essa indústria seja antieconômica para o país. Não tem sentido comparar isoladamente custos internos com preços de importação: seguindo esse critério, nenhum país periférico deveria se industrializar. O relevante é comparar o aumento da renda nacional decorrente da expansão industrial com o que teria sido obtido se os mesmos recursos tivessem sido investidos nas atividades exportadoras necessárias para sustentar as importações dos bens que passaram a ser produzidos internamente. É esse critério – o critério econômico por excelência – que mostra a racionalidade do esforço de industrialização e a necessidade de protegê-lo.

Mais do que correta, a opção pela industrialização foi a única possível no século XX. E o Brasil foi um caso de êxito: entre 1930 e 1980 transitamos da condição de economia agrário-exportadora, centrada basicamente no café, para a de economia industrial. Nosso esforço endógeno encontrou um ambiente internacional favorável no segundo após-guerra, quando os países desenvolvidos começaram a transferir para certas áreas da periferia setores industriais nascidos na Segunda Revolução Industrial e no período seguinte. Conseguimos conduzir

o processo até as indústrias de bens de capital e de insumos básicos, e já na década de 1970 nossa pauta de exportações passou a ser comandada por produtos manufaturados.

O que é desindustrialização?

O desenvolvimento resulta de um longo processo de crescimento econômico, com aumento persistente da produtividade média do trabalho e diversificação da estrutura produtiva. Durante décadas a sociedade transfere recursos da agricultura, que opera com rendimentos decrescentes, para a indústria, que se torna mais produtiva com os aumentos de escala. Ela desempenha um papel de vanguarda no processo de modernização, dando suporte à urbanização da população e à alteração de hábitos e costumes da sociedade.

A relação entre os três grandes setores da economia – agricultura, indústria e serviços – continua a se alterar no tempo. Ocorre uma desindustrialização natural quando os países consolidam uma estrutura produtiva moderna e diversificada, e as sociedades alcançam elevada renda per capita. Nesse estágio, o aumento da produção industrial tende a ocorrer pelo aumento da produtividade, não do emprego, e a indústria perde posição relativa para o setor de serviços. Este se torna cada vez mais sofisticado, demandando força de trabalho altamente qualificada.

Nos países desenvolvidos, o emprego industrial cai também por causa da transferência para o exterior de atividades manufatureiras mais simples, mais intensivas em trabalho e que adicionam menos valor. Permanece neles a produção com maior conteúdo tecnológico. Suas populações dedicam-se cada vez mais a atividades de pesquisa, desenvolvimento, projeto, planejamento, educação e afins. Aumenta a quantidade de trabalho dedicado à informação, *lato sensu*, em relação à quantidade de trabalho realizada diretamente sobre a matéria. Mesmo sem fazer atividade manual, essa inteligência coletiva adensa as cadeias produtivas e multiplica a produtividade do trabalho.

Esse é um processo virtuoso, inerente ao desenvolvimento, sem impacto negativo sobre o emprego, a renda e o equilíbrio das contas externas. Não reduz o bem-estar nem produz restrições ao equilíbrio de longo prazo.

Não é o caso do Brasil. Aqui, a desindustrialização é precoce, pois ocorre no contexto de uma desaceleração do crescimento e antes de atingirmos alta ren-

da per capita. Não geramos uma próspera economia de serviços, intensiva em conhecimento. Para absorver a mão de obra que a indústria não emprega mais, se expandem serviços de baixa produtividade, frequentemente inseridos na economia informal, e que oferecem baixas remunerações. É a “construção interrompida” de que falava Celso Furtado.

Importantes instituições internacionais têm o mesmo diagnóstico e a mesma preocupação. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), por exemplo, divide as economias em desenvolvimento em quatro grupos:

- a.** os primeiros e mais avançados Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong), que atingiram a maturidade industrial;
- b.** um segundo grupo asiático (Malásia, Tailândia, China e Índia) que há várias décadas tem conseguido manter intenso ritmo de industrialização;
- c.** países que se integraram na indústria global atraindo operações de montagem, intensivas em mão de obra; são as chamadas “maquiadoras”, fortemente dependentes da importação de componentes e com pouca capacidade de agregar valor (Filipinas, México e outros países do Caribe e da América Central signatários do acordo de livre-comércio com os Estados Unidos);
- d.** países que alcançaram razoável nível de industrialização, mas foram incapazes de sustentá-lo (Argentina e Brasil). Neles, o avanço em certos setores, como o aeronáutico, o automobilístico e o de petróleo e gás, não foi suficientemente vigoroso para se disseminar, estabelecendo uma nova dinâmica no conjunto da indústria.

Essa desindustrialização precoce produz:

- a.** uma queda na renda dos trabalhadores, pois em países como o Brasil a indústria é o setor que, na média, mantém maior proporção de empregos formais e paga salários mais altos;
- b.** uma especialização regressiva, com o retorno às vantagens comparativas baseadas em recursos naturais (Figuras 6 e 7);

c. tendência a crises nas contas externas, pois a pauta de exportações retrocede em direção a produtos primários ou se concentra em *commodities*, enquanto a crescente demanda por produtos industriais passa a ser atendida, cada vez mais, por importações;

d. uma queda na taxa de investimento, pois a produção industrial é o setor que mais depende do crédito e de antecipações dos agentes sobre as perspectivas econômicas futuras;

e. uma queda na taxa de crescimento de toda a economia, pois a indústria é a maior demandante da agricultura, da mineração e dos serviços – inclusive dos serviços financeiros –, e a maior fornecedora de bens para eles.

Devemos, pois, prestar máxima atenção no processo de desindustrialização do Brasil, que precisa ser revertido.

Causas macroeconômicas

Na busca das causas da nossa desindustrialização, muitas análises destacam que a partir da década de 1990 o Brasil passou a sofrer uma variante da chamada “doença holandesa”. Tradicionalmente, esse fenômeno ocorre quando a presença de um recurso natural abundante – com frequência, o petróleo – produz um excedente estrutural nas contas externas de um país e mantém a taxa de câmbio numa posição incompatível com a diversificação da base produtiva local, por causa do excedente de divisas e da conseqüente facilidade para importar. Desarticulado dos demais setores, o setor exportador não impulsiona a modernização do conjunto da economia. Como ele só absorve uma pequena parcela da força de trabalho, a grande maioria da população permanece em atividades de baixa produtividade.

Entre nós, a doença holandesa não decorreu da exportação de recursos naturais, mas de políticas macroeconômicas, com destaque para a abertura financeira, os juros altos, a valorização do câmbio e – justamente por esses fatores – a exposição predatória à concorrência internacional.

Há muito se sabe que um prolongado período de valorização cambial, em um contexto de abertura comercial e financeira, anula os possíveis efeitos das políticas industriais e tem um impacto negativo profundo sobre a estrutura produtiva de um país. A cadeia dos setores intensivos em tecnologia e capital perde densidade. A indústria, como um todo, tende a se concentrar mais na finalização de pro-

duto, pois nesses casos os componentes importados são quase iguais ao produto final. Só se mantêm competitivos os setores em que o país tem enorme vantagem comparativa, ou seja, basicamente os produtores de bens primários e de algumas commodities (o setor de serviços é preservado porque, em geral, não sofre concorrência externa). A pauta de exportações regride em direção aos bens primários. Hoje, dos vinte produtos mais importantes, que correspondem a mais de 50% das nossas vendas externas, apenas um (aviões da Embraer) tem alta densidade tecnológica.

A relação entre desindustrialização e sobrevalorização cambial tem suporte empírico no Brasil recente (figura 8). O processo de declínio verificado na década de 1990 foi temporariamente interrompido com a desvalorização do câmbio realizada em 1999. Nos cinco anos seguintes, a participação da indústria no PIB voltou a crescer lentamente, passando de 19,7% para 23,9%. A partir de 2004, no novo ciclo de apreciação cambial, essa percentagem desaba, caindo dez pontos percentuais entre 2008 e 2014. Ainda não conhecemos os efeitos da recente desvalorização do real.

O papel do sistema internacional

É inegável que o câmbio recorrentemente sobrevalorizado, os juros excessivamente elevados e uma abertura mal concebida – características da economia brasileira desde a década de 1990 – impulsionaram a desindustrialização. Mas essas causas de natureza macroeconômica agiram sobre causas mais profundas. A primeira delas nos remete à estrutura do sistema internacional.

A conquista de vantagens sólidas nas relações de intercâmbio baseia-se no controle de posições que dão acesso a uma parte maior do excedente produzido no conjunto do sistema-mundo. Para estar na vanguarda, um país deve conseguir estruturar sua economia em torno de atividades que gerem um ganho diferenciado, situado acima da média. Tais posições são, por definição, excludentes (caso contrário, o ganho não seria diferenciado).

Como essas atividades se alteram no tempo, a conquista e a manutenção de uma posição de vanguarda não estão ligadas, no longo prazo, ao controle de um setor, uma técnica ou uma mercadoria específicos (um setor, uma técnica ou uma mercadoria que garantem ganho diferenciado hoje podem deixar de fazê-lo amanhã), mas sim à liderança do processo de inovação, ou seja, à capacidade permanente de criar novas combinações produtivas, novos processos, novos produtos, novas capacidades gerenciais, organizacionais e mercadológicas.

O centro do sistema internacional são os espaços nacionais que concentram em si a dinâmica da inovação. Eles capturam sucessivamente as posições de comando justamente porque conseguem recriá-las, obtendo dessa forma benefícios extras na divisão internacional do trabalho. No outro polo, a dependência também se repõe dinamicamente.

O avanço da globalização impactou centro e periferia de forma muito diferenciada. Nos países desenvolvidos, o espaço da economia e da técnica, de um lado, e o espaço das decisões políticas, de outro, permanecem estreitamente ligados pelo forte vínculo entre grandes empresas e Estados nacionais. Nos demais, esses espaços se dissociam fortemente pela dispersão geográfica das cadeias produtivas, feita na presença de Estados fracos e sem corporações estratégicas de base nacional.

Visto sob essa óptica, torna-se claro que o esforço desenvolvimentista brasileiro do século XX manteve-se preso nos limites de uma modernização periférica e nunca pôde nos levar a uma posição central no sistema-mundo. É verdade: conseguimos internalizar progressivamente atividades produtivas que, em dado momento, garantiam a posição privilegiada dos países centrais. Mas tais atividades perdem essa característica diferencial justamente quando a periferia em via de modernização consegue capturá-las, pois aí elas ficam sujeitas a uma intensa pressão concorrencial que diminui sua rentabilidade. Quando isso acontece, tais atividades são abandonadas pelos países centrais, que renovam sua posição privilegiada alterando as combinações produtivas mais eficientes. A desigualdade se repõe.

As empresas multinacionais: China e Brasil

Boa parte do moderno parque industrial brasileiro é dominado por empresas multinacionais há mais de cinquenta anos. Para refletir sobre como estabelecemos essa relação, usaremos como contraponto o caso da China.

Assim como o Brasil no século XX, a China atual oferece mão de obra barata. Mas ela exige que as multinacionais desejosas de se instalar em seu território estabeleçam joint ventures com empresas chinesas e aceitem duas contrapartidas: transferência de tecnologia (com implantação de departamentos de pesquisa e desenvolvimento no país) e desempenho exportador. A entrada de capitais externos é regulada pelo Catálogo para orientação do investimento estrangeiro na indústria, que classifica esse investimento como “encorajado,

permitido, restrito ou proibido”, conforme as prioridades estabelecidas pelo governo chinês. No primeiro grupo estão os setores que contribuem para formar cadeias produtivas locais com considerável geração de valor. A China (assim como a Índia) não aceitou abrir sua economia ao livre fluxo de capitais nem abdicou do controle sobre o câmbio, mantendo, em cada momento, níveis adequados de proteção à produção doméstica e de estímulo às exportações. Tudo isso ajuda a explicar uma trajetória inversa à do Brasil: a participação da indústria no valor agregado da economia chinesa passou de 22% em 1987 para 45% em 2008.

No Brasil, a incorporação das multinacionais realizou-se sem contrapartidas de conteúdo local na relação com fornecedores e sem nenhuma exigência de transferência de tecnologia. O controle de boa parte das atividades de ponta por empresas estrangeiras e a facilidade de adquirir bens de capital e licenças de fabricação no mercado internacional impediram que a nossa economia desenvolvesse capacidade própria de inovar. Não criamos um sistema de ciência e tecnologia articulado com as estratégias competitivas das empresas. Nas modernas cadeias produtivas aqui implantadas, os brasileiros só foram incorporados como mão de obra em linhas de montagem. A exceção ficou por conta de algumas estatais, como Petrobras, Eletrobras e Embraer, insuficientes para disseminar sua capacidade de inovar e sua demanda por trabalho qualificado.

As multinacionais tiveram interesse em vir para o Brasil enquanto durou a garantia informal de que continuaríamos oferecendo crescimento e estabilidade, duas condições que desapareceram na década de 1980, quando o Estado praticamente parou de investir e a crise inflacionária destruiu a perspectiva de longo prazo. Na sequência, desapareceu o próprio consenso pró-indústria que a sociedade brasileira havia construído no século XX. As aberturas comercial e financeira da década de 1990, tais como foram realizadas, e a permanente valorização do câmbio impulsionaram endogenamente uma especialização regressiva. O Brasil ficou sem condições de questionar a nova divisão internacional do trabalho, que transformou a Ásia em oficina do mundo e recolocou a América Latina como polo fornecedor de bens primários e de commodities. Enquanto isso, a demanda chinesa garantia sucessivos aumentos dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil, impulsionando a nossa especialização regressiva. Não é exagero dizer que nos últimos anos a China vem estabelecendo com o Brasil (e a América Latina como um todo) uma relação nos moldes da antiga configuração centro-periferia, exportando produtos manufaturados e importando produtos primários (Figura 9).

Olhando o futuro

O problema estrutural da economia brasileira continua a ser sua condição de “economia reflexa” (a expressão é de Eugênio Gudín), que apenas se adapta a ciclos externos e, por isso, não constitui um projeto próprio de desenvolvimento. Aprofundamos essa condição ao nos inserir no processo de globalização, principalmente, pelos fluxos financeiros, ao contrário das economias asiáticas, que privilegiaram a inserção pela produção e o comércio. Como vimos no exemplo da China, elas sempre selecionaram os investimentos que consideraram desejáveis, aqueles que fortalecem as economias locais, e recusaram os indesejáveis, aqueles que provocam um endividamento irracional e predador, que as fragiliza e prepara desequilíbrios e crises.

Os países asiáticos não copiaram as políticas propostas pelo Consenso de Washington. Adaptaram-se às novas realidades econômicas do mundo sem abrir mão de seus projetos nacionais de desenvolvimento. Não foi essa a nossa opção nos últimos 25 anos.

Nós nos atrelamos a capitais que mantêm conosco vínculos tênues, ligados a oportunidades de realizar bons negócios no curto prazo. Como o espaço de manobra desses capitais ultrapassa amplamente o espaço da sociedade nacional, perdemos a capacidade de controlar o nosso processo de desenvolvimento. A abertura financeira entregou a eles o nosso destino. A primeira consequência é a fraca capacidade de nossa sociedade de disciplinar o impulso de acumulação de capital, compatibilizando-o com o equacionamento da questão social e o fortalecimento da soberania nacional, em bases economicamente sustentáveis. Além disso, insistimos sempre na modernização puxada pela cópia de padrões de consumo estabelecidos por sociedades que têm uma renda *per capita* muito superior à nossa. Isso causa muitas disfunções e exige alto grau de concentração da renda nacional.

Essas políticas nos conduziram a um impasse de grandes proporções. A industrialização do Brasil, a partir da década de 1930, não se deu por geração espontânea. Tampouco foi assim em qualquer outro país. Nenhum deixou um desafio desse porte, tão grande, tão complexo e tão importante, entregue à imprevisibilidade do mercado. Este é um mecanismo capaz de alocar recursos numa dada configuração econômica, mas é impotente para produzir mudanças estruturais na velocidade desejada. *A reversão da desindustrialização atual é um desafio igualmente imenso.* Exigirá uma nova mutação estrutural sustentada por uma vontade forte e um sistema político capaz de perseguir objetivos nacionais de longo prazo.

O cenário internacional desfavorável nos impõe a necessidade de realizar um esforço endógeno ainda maior que o das gerações que nos antecederam. O mundo quer que o Brasil lhe forneça alimentos, minérios e petróleo, de preferência acompanhados por juros altos que ofereçam um espaço propício de acumulação aos capitais errantes. Mas a economia brasileira não pode se organizar assim: somos uma sociedade com renda per capita apenas média e com 200 milhões de habitantes, 85% dos quais nas cidades. Dependemos de uma forte base industrial.

Se não for revertida, a ampliação da distância que separa o Brasil e os mais agressivos protagonistas da corrida internacional pelo crescimento industrial será fatal para as nossas pretensões de desenvolvimento. Como o baixo desempenho da indústria não tem sido compensado pela emergência de novos setores capazes de liderar o conjunto da nossa economia, enfrentamos, como vimos, uma persistente tendência ao baixo crescimento, associada à fragilização das nossas contas externas.

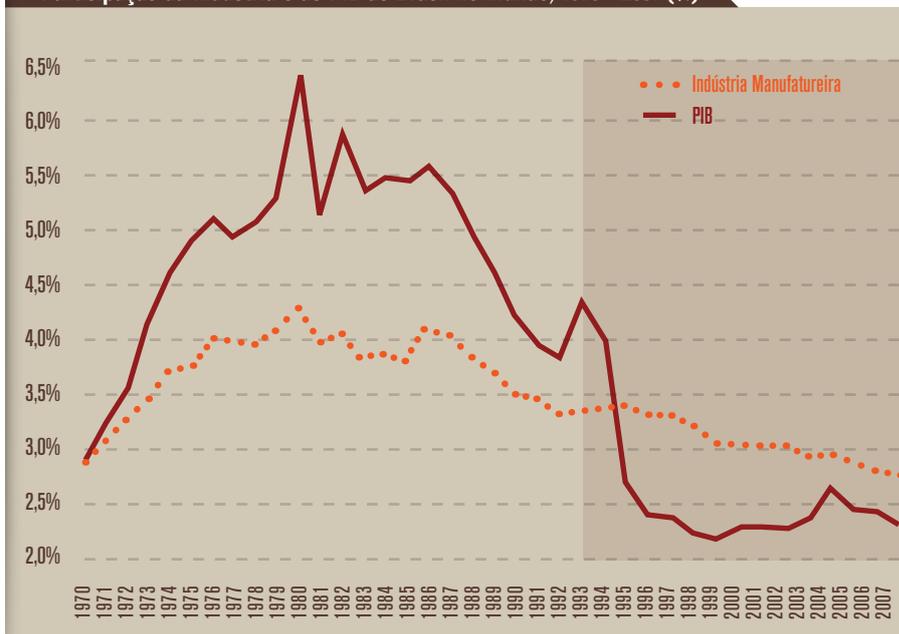
A indústria brasileira pode e deve recuperar seu papel de indutora do crescimento. Ela continua a ser mais ampla que a dos demais países latino-americanos, incluindo bens de capital, maquinaria, automóveis e equipamentos. Porém, nenhuma política específica (industrial, regional, de comércio exterior ou outra) será bem-sucedida se o próprio Estado não recuperar sua capacidade de planejar e investir, e se não ampliarmos os nossos graus de liberdade, condição para que a política macroeconômica forneça a necessária sustentação às políticas setoriais.

O desafio é grande. Temos de estar à altura dele.

Anexo estatístico

Figura 1

Participação da Indústria e do PIB do Brasil no Mundo, 1970 – 2007 (%)



É chocante a inflexão ocorrida na década de 1980 e que se mantém até hoje. Desde 1986 o Brasil perde posições no mundo. Esse movimento é puxado pela acentuada queda de participação da indústria brasileira na indústria mundial.

Regis Bonelli e Samuel de Abreu Pessôa, "Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência", Instituto Brasileiro de Economia, Texto para discussão n. 7, março de 2010.

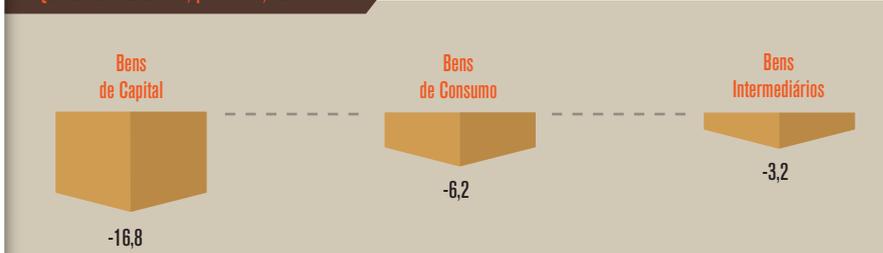
Figura 2

Variação da produção Industrial em 12 meses, em %



Varição da produção industrial em doze meses, em percentagem, entre julho de 2014 e julho de 2015. Nota-se que a tendência à queda se aprofunda.

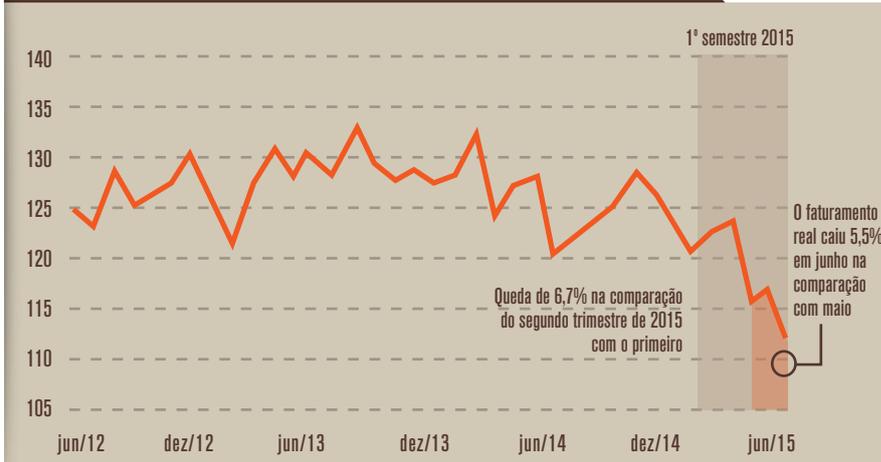
Queda em 12 meses, por setor, em %



Folha de S. Paulo, 3 de setembro de 2015, com dados do IBGE.

Figura 3

Faturamento – Dessazonalizado (índice de base fixa: média 2006 =100)

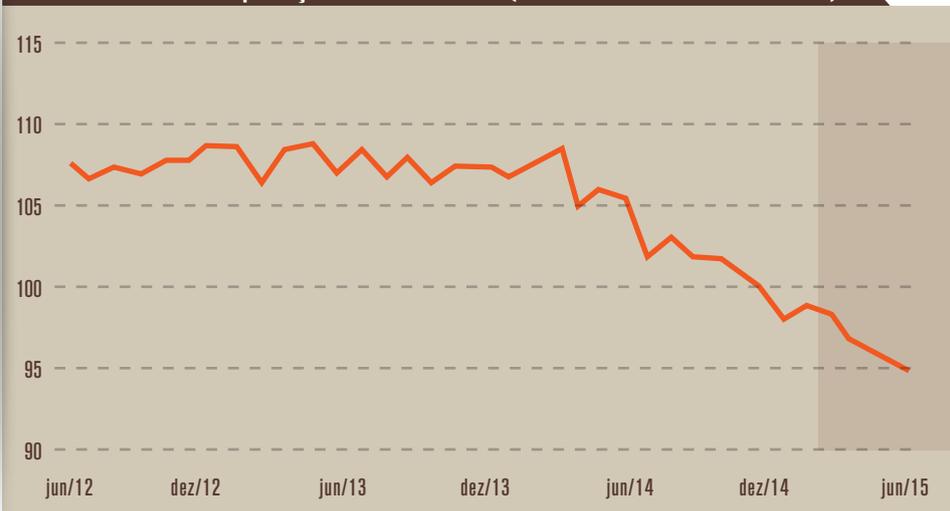


Indicadores Industriais da Confederação nacional da Indústria (CNI), junho de 2015

O faturamento das indústrias caiu 7% no primeiro semestre de 2015 em relação a igual período do ano anterior.

Figura 4

Horas trabalhadas na produção – Dessazonalizado (índice de base fixa: média 2006 =100)



Indicadores Industriais da Confederação nacional da Indústria (CNI), junho de 2015

O número de horas trabalhadas também caiu (-8,6%) no primeiro semestre de 2015.

Figura 5

Emprego – Dessazonalizado (índice de base fixa: média 2006 =100)

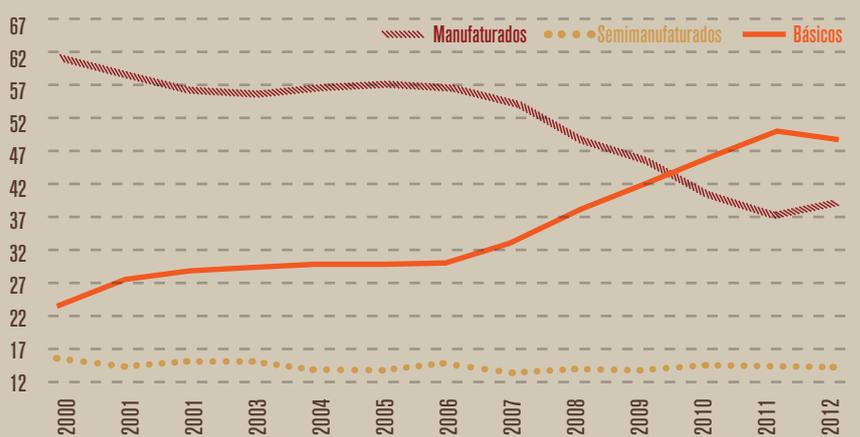


Indicadores Industriais da Confederação nacional da Indústria (CNI), junho de 2015.

No Brasil, a diminuição da força de trabalho empregada na indústria foi de 4,5% no primeiro semestre de 2015 em relação a igual período de 2014. Só em São Paulo desapareceram 180 mil empregos industriais.

Figura 6

Participação nas Exportações por fator agregado (%): 2000 - 2012



Ipeadata, citado por José Alderir Silva em "A questão da desindustrialização no Brasil", Revista *Economia & Tecnologia (RET)*, v. 10, n. 1, janeiro-março de 2014.

A partir de 2006 verifica-se uma queda na participação de produtos manufaturados na pauta brasileira de exportações e um aumento na participação de produtos básicos. As duas curvas se cruzam em 2009, e a partir desse ano o Brasil volta à condição de exportador de produtos básicos.

Figura 7

Brasil: exportações segundo fator agregado (%) *

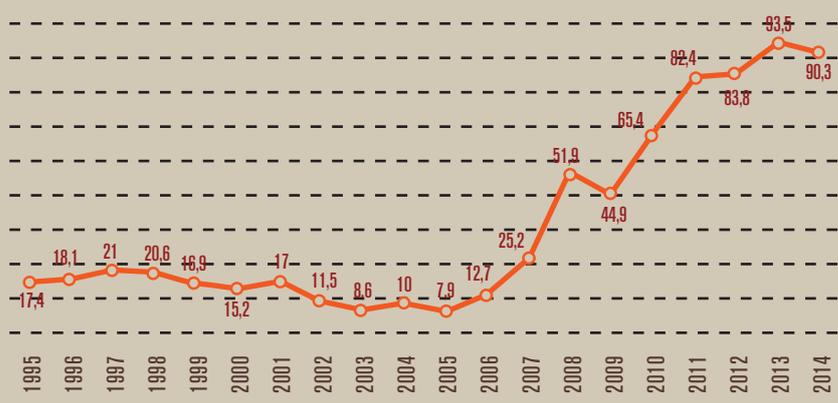
Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2000	23,4	15,8	60,7
2006	29,9	14,5	55,6
2007	32,8	13,9	53,5
2008	37,9	13,8	48,1
2009	41,4	13,7	45,0
2010	45,5	14,3	40,2
2011	48,9	14,3	36,8

Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio, citado por Wilson Cano, "A desindustrialização do Brasil", *Economia e Sociedade*, v. 21, dezembro de 2012.

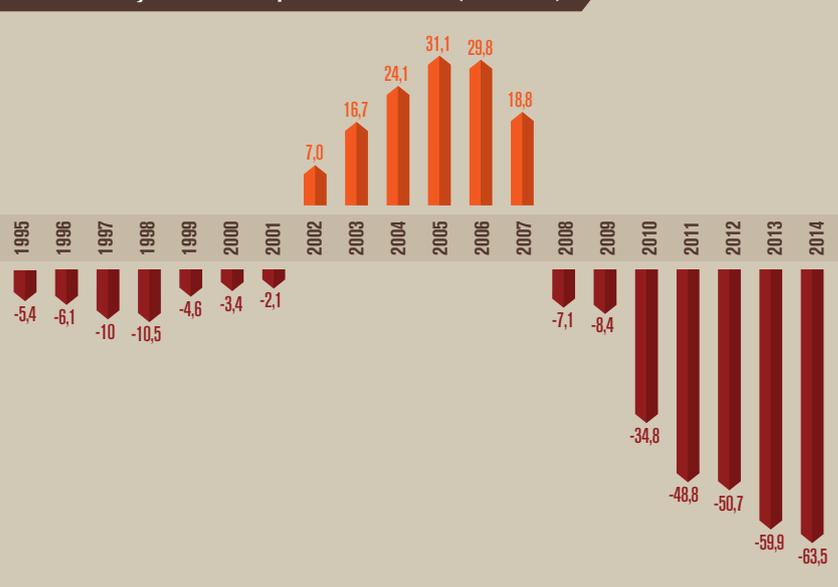
A evolução da pauta de exportações brasileira no século XXI mostra o retorno do país à condição primário-exportadora.

Figura 8

Déficit da balança comercial dos setores de alta e média-alta tecnologia (em US\$ FOB Bilhões)



Saldo da balança comercial de produtos industriais (US\$ Bilhões)



Carta IEDI número 665, fevereiro de 2015.

Há sempre uma defasagem entre a definição de novos patamares de câmbio e os resultados da balança comercial. A desvalorização cambial de 1999 a 2004 se reflete na recuperação do saldo comercial da indústria entre 2002 e 2007. Mas a balança comercial da indústria desaba a partir desse último ano, atingindo principalmente os setores de alta e de média-alta tecnologia.

Período	US\$ bilhões	
	X	M
1995	38,5	43,9
1996	39,3	45,3
1997	41,8	51,8
1998	40,6	61,1
1999	38,4	43,1
2000	44,8	48,3
2001	46,4	48,6
2002	47,7	40,7
2003	57,4	40,7
2004	75,8	51,8
2005	92,0	60,9
2006	105,0	75,2
2007	118,9	100,1
2008	137,9	144,2
2009	101,8	110,1
2010	124,6	159,4
2011	148,0	196,8
2012	144,3	194,9
2013	146,1	205,9
2014	133,5	196,9

X - Exportações M - Importações

Figura 9

Estrutura das exportações brasileiras para a China (%).

Produtos	1990	2000	2008
1. Primários	19,5	67,9	77,5
2. Industriais	80,5	32,5	22,5
2.1 Recursos Naturais	34,0	13,4	12,2
2.2 Baixa tecnologia	17,3	4,5	2,6
2.3 Média tecnologia	28,9	9,0	5,5
2.4 Alta tecnologia	0,3	5,1	2,1

Cepal, citada por Wilson Cano, "A desindustrialização do Brasil", Economia e Sociedade, v. 21, dezembro de 2012.

A China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil. A estrutura do comércio entre os dois países evoluiu nitidamente no sentido de reproduzir as antigas trocas entre centro e periferia, com o país asiático demandando, cada vez mais, produtos primários brasileiros.